



- EDITAL – MUNICÍPIO DE IAÇU – ESTADO DA BAHIA -

Chamamento Público  
**CRENCIAMENTO Nº 003/2024**  
(Processo Administrativo nº 004/2024)

O **Município de Iaçú, Estado da Bahia**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 13.889.993/0001-46, com sede na Avenida Manoel Justiniano de Moura Medrado nº 888, Centro, Iaçú-Ba, através da Comissão de Contratação, designada pela Portaria Municipal nº 045 de 16 de maio de 2023, promoverá Chamamento Público, na modalidade de Credenciamento, fundamentada na Lei nº 14.133 de 01 de abril 2021 e Decreto Municipal nº 018 de 17 de março de 2022 e as exigências estabelecidas neste edital.

**1. OBJETO:**

**1.1** É objeto do presente Edital o credenciamento de pessoas jurídicas e físicas para prestação de serviços de publicidade volante em carro, para divulgação e comunicação das ações e campanhas realizadas pelo Município de Iaçú-Ba, em atendimento às diversas Secretarias e Fundos municipais, conforme edital e seus anexos.

**1.2** Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

**1.3** Por se tratar de credenciamento paralelo e não excludente, previsto no art. 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, fica consignado que será respeitada a ordem cronológica de cadastramento para fins de contratação e prestação de serviços, a fim de resguardar critérios objetivos pela Administração de distribuição da demanda.

**1.4** A forma de execução dos serviços, seus quantitativos, valores, prazos etc. estão previstos no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

**2. VIGÊNCIA:**

**2.1** O prazo de vigência do presente credenciamento dar-se-á pelo período de 12 (doze) meses, a contar a partir da sua publicação na imprensa oficial, ficando aberto durante todo esse período para novos credenciamentos.

**2.2** Os contratos firmados com os credenciados terão vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 meses até o máximo de 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da Administração, com a anuência das credenciadas, nos termos do art. 107, da Lei Federal 14.133/21.

**3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

**3.1** Poderão participar do Credenciamento pessoas jurídicas e/ou físicas interessadas, que atenderem a todas as exigências deste edital, seus anexos e que tenham ramo de atividade pertinente ao seu objeto.

**3.2** Os serviços devem ser executados no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Secretaria solicitante e em conformidade com o Termo de Referência, Anexo I deste edital.

**3.3** Estará impedido de participar de qualquer fase do processo de chamamento, na condição de proponente, o interessado que se enquadre em uma ou mais das situações a seguir:

**3.3.1** Declarado inidôneo por ato da Administração Pública;

**3.3.2** Esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pelo Município de Iaçú-Ba, nas hipóteses previstas nos artigos 156 a 163 da Lei Federal 14.133/2021.

**3.3.3** Proponente legal que faça parte da Administração Pública Municipal de Iaçú-Ba.

**4. DA INSCRIÇÃO:**

**4.1** O processo de inexistência de licitação, com o Edital e seus anexos, poderá ser consultado sem qualquer custo, por qualquer interessado, junto ao Setor de Licitações, situado na sede da Prefeitura Municipal, localizado a Avenida Manoel Justiniano de Moura Medrado, nº 888, Centro, CEP: 46.860-000, Iaçú-Ba, em horários comerciais. Os interessados na aquisição do Edital poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto aos sítios <https://www.iacu.ba.gov.br/site/editais> e <https://pncp.gov.br>.

**4.2** Os interessados em contratar com o Município de Iaçú-Ba, através do presente credenciamento, deverão apresentar sua documentação, em um envelope lacrado, no endereço citado no item 4.1.

**4.3** As inscrições permanecerão abertas até vigência do Edital.





**4.4** A abertura dos envelopes da documentação será realizada na medida em que forem entregues, tudo regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e, mediante as condições do edital.

**4.5** A efetivação do credenciamento dar-se-á somente quando da apresentação dos documentos enumerados nos itens 5. deste instrumento.

**4.6** O Envelope de Credenciamento, deverá estar lacrado, contendo na parte externa, as seguintes informações:

✓ **ENVELOPE DE CREDENCIAMENTO**

✓ Município de Iaçú-Ba – **CREDENCIAMENTO Nº 002/2024**

✓ **Objeto:** Credenciamento de empresa especializada para execução de serviços de instalação, desinstalação, manutenção preventiva e/ou corretiva de aparelhos condicionadores de ar, em atendimento as necessidades das diversas secretarias municipais, por um período de 12 (doze) meses, conforme informações constantes deste Edital.

✓ **RAZÃO SOCIAL (Completa)**

✓ CNPJ (Nº)

**5. DA DOCUMENTAÇÃO:**

**5.1** Os documentos necessários para o credenciamento deverão ser apresentados no original, ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, ou por servidores do Departamento de Licitações, conforme relação a seguir:

**5.1.1 Habilitação Jurídica/Física:**

**5.1.1.1 Pessoa Física:**

**5.1.1.1.1** Registro Geral (RG) ou Carteira Nacional de Habilitação (CNH);

**5.1.1.1.2** Comprovante de Residência.

**5.1.2 Pessoas Jurídica:**

**5.1.2.1** No caso de empresário individual: inscrição no Registro de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**5.1.2.2** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**5.1.2.3** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

**5.1.2.4** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

**5.1.2.5** Documentos dos dirigentes ou Representante legal: Cópia do RG ou equivalente e CPF de todos os dirigentes ou representante legal.

**5.1.2.6** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**5.1.2.7** Se a pessoa jurídica se fizer representar por procurador, faz-se necessária a apresentação de cópia da cédula de identidade ou documento equivalente do procurador, bem como da respectiva Procuração (com menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para assinar solicitações, declarações, atas, termos, contratos, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame) com firma reconhecida ou por instrumento público.

**5.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

**5.1.2.1 Pessoa Física:**

**5.1.2.1.1** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

**5.1.2.1.2** Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União, e regularidade com Seguridade Social (INSS);

**5.1.2.1.3** Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal da sede do licitante;

**5.1.2.1.4** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**5.1.2.2 Pessoa Jurídica:**

**5.1.2.2.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).





**5.1.2.2.2** Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União, e regularidade com Seguridade Social (INSS);

**5.1.2.2.3** Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal da sede do licitante;

**5.1.2.2.4** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade;

**5.1.2.2.5** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

**5.1.3 Qualificação Econômico-Financeira:**

**5.1.3.1 Pessoa Física:**

**5.1.3.1.1** Certidão Negativa de Insolvência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial competente da sede do licitante, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias, da data da apresentação da proposta, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

**5.1.3.2 Pessoa Jurídica:**

**5.1.3.2.1** Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor judicial competente da sede do licitante, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias, da data da apresentação da proposta, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

**5.1.3.2.2** Certidão Negativa de Insolvência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial competente da sede do licitante, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias, da data da apresentação da proposta, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

**5.1.4 Qualificação Técnica (Pessoa jurídica ou física):**

**5.1.4.1** Alvará de Propaganda e Publicidade, em plena validade, emitida pelo órgão municipal da sede do licitante, de conformidade com objeto desta licitação.

**5.1.5** Requerimento de Credenciamento – Anexo II.

**5.1.6** Declaração unificadas– Anexo III.

**6. FORMA DE APRESENTAÇÃO DO REQUERIMENTO E DOCUMENTAÇÃO:**

**6.1** Os interessados deverão apresentar requerimento de credenciamento à Comissão de Contratação instruído com os documentos referidos neste instrumento;

**6.2** O requerimento deverá ser apresentado no endereço constantes nos itens 4.1. e nele constar o número do Edital de Credenciamento, denominação completa do interessado, endereço físico, endereço eletrônico(e-mail) e telefone para contato;

**6.3** No requerimento, o interessado deverá declarar expressamente sua plena ciência e concordância com os termos do credenciamento;

**6.4** Exceto pelos documentos que devem ser elaborados e assinados diretamente pelo licitante, todos os demais exigidos para participação no processo devem ser apresentados em sua forma original ou por meio de cópia autenticada em cartório competente, publicação em órgão da Imprensa Oficial, ou por servidores do Departamento de Licitações;

**6.5** Para as certidões que não expressem os respectivos prazos de validade, reputar-se-ão válidas por 30 (trinta) dias, contados de sua emissão, salvo disposição expressa em sentido contrário neste Edital.

**7. PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS REQUERIMENTOS:**

**7.1** Caberá à Comissão de Contratação a apreciação dos pedidos de credenciamento.

**7.1.1** A apreciação da Comissão de Contratação consistirá no exame da conformidade da documentação apresentada pelo interessado com o exigido neste Edital;

**7.1.2** A validade das certidões obtidas na internet será confirmada pela Comissão de Contratação por ocasião da apreciação do pedido de credenciamento;

**7.1.3** Sempre que necessário, a Comissão de Contratação poderá exigir informações complementares e realizar diligências a fim de viabilizar o adequado exame do pedido e verificar a autenticidade de documentos e informações prestadas;

**7.1.4** Poderão ser convidados a colaborar com a Comissão de Contratação, assessorando-a, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica, não vinculados direta ou indiretamente a potenciais interessados no credenciamento, bem como qualquer outro servidor desta Municipalidade;

**7.1.5** A Comissão de Contratação realizará buscas, inclusive em sites de órgãos oficiais, a fim de confirmar que o interessado não se enquadra em alguma das situações que impossibilitam a contratação;







**7.2** Salvo situação excepcional, devidamente justificada, é de cinco dias úteis, contados da apresentação do requerimento, o prazo de que dispõe a Comissão de Contratação para comunicar o interessado acerca do acolhimento ou rejeição do pedido de credenciamento.

**7.3** Nos casos de rejeição do pedido de credenciamento, a Comissão de Contratação exporá os motivos pertinentes.

**7.3.1** O requerente, cuja solicitação tenha sido rejeitada, terá a oportunidade de corrigir erros ou suprir omissões que resultaram no indeferimento, inclusive através da apresentação de documentos adicionais. Esse procedimento deverá ser realizado por meio de um novo requerimento;

**7.3.2** Todos os participantes que atenderem aos critérios estabelecidos neste Edital serão devidamente credenciados.

## **8. DO CONTRATO, SUA CELEBRAÇÃO E INÍCIO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

**8.1** O contrato de credenciamento é o instrumento que permitirá ao interessado executar os serviços objeto deste Edital.

**8.2** O contrato detalhará as obrigações das partes e, independentemente de transcrição, é integrado pelas regras previstas neste Edital e seus anexos e seguirá, como diretriz interpretativa e na solução de casos omissos, os preceitos de direito público, aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 89 e seguintes da Lei Federal 14.133/2021.

**8.3** O interessado tem o prazo de cinco dias úteis, a contar da convocação para este propósito, para comparecer à sede da Prefeitura Municipal, cujo endereço está especificado no item 4.1, a fim de formalizar o contrato.

**8.3.1** O prazo de que dispõe o interessado para assinar o termo de contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que assim pleiteado durante o transcurso do prazo original e haja exposição de motivo justo, aceito pela Administração por meio do gestor da contratação;

**8.3.2** O interessado convocado, caso prefira, dentro do prazo, poderá remeter à Administração o contrato devidamente assinado através do e-mail [licitacaoiacu@gmail.com](mailto:licitacaoiacu@gmail.com);

**8.3.3** Recebido o e-mail de encaminhamento do contrato assinado, a Administração o imprimirá e encaminhará à autoridade competente para assinatura. O contrato assim recebido será tratado como via original da contratação.

**8.4** Depois de assinado por ambas as partes, o contrato será publicado em resumo na imprensa oficial como condição de sua eficácia.

**8.4.1** A publicação deverá ser realizada conforme previsão do artigo 54 da Lei Federal 14.133/2021.

**8.4.2** Somente depois da publicação é que o credenciado pode iniciar a prestação dos serviços.

## **9. DO DESCREDECIMENTO:**

**9.1** O credenciado que, sem justificativa, descumprir as condições estabelecidas neste Edital estará sujeito, conforme a gravidade ou dano causado à contratante, à imediata exclusão do rol de credenciados (descredenciamento), respeitando o direito à ampla defesa e ao contraditório. Essa medida não prejudicará a aplicação de outras sanções administrativas e civis previstas na legislação aplicável ao caso.

**9.2** A pessoa jurídica e/ou física credenciada, que não tenham mais a intenção de se manterem credenciados perante a Administração Pública, deverão manifestar-se formalmente quanto ao seu desinteresse na manutenção do credenciamento do objeto.

**9.2.1** O pedido de descredenciamento será prontamente deferido, desde que não haja imediata previsão de sua utilização;

**9.2.2** Para os casos mencionados no item 9.2, não haverá aplicação de sanções administrativas.

## **10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**10.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual deste exercício, e serão indicadas no ato de emissão da Nota de Empenho.

**10.1.1** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **11. RECURSOS E IMPUGNAÇÕES:**

**11.1** Das decisões da Comissão de Contratação cabe recurso, desprovido de efeito suspensivo, salvo situação excepcional, assim reconhecida pela Administração.

**11.2** A admissibilidade do recurso depende do preenchimento dos seguintes requisitos:





**11.2.1** O recurso deve ser apresentado em petição escrita, digitada, encaminhada à Comissão de Contratação por meio do Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Iaçú-Ba, no prazo de cinco dias úteis contados:

**11.2.1.1** se contra ato de rejeição de pedido de credenciamento, da comunicação encaminhada ao interessado;

**11.2.1.2** se contra ato de acolhimento de pedido de credenciamento, da publicação resumida do contrato na imprensa oficial;

**11.2.2** O recurso deve estar instruído com documentos que comprovem que seu subscritor tem poderes para se manifestar pelo recorrente.

**11.3** Cabe ao recorrente indicar o ato contra que se opõe e apresentar os fundamentos de sua irrisignação, com indicação de razões de fato e de direito, e, inclusive, instruir o recurso com os elementos de prova necessários ao subsídio da tese recursal.

**11.4** Eventuais interessados no resultado do recurso serão intimados para apresentar contrarrazões no prazo de cinco dias úteis, contados do recebimento da comunicação.

**11.5** Apresentado o recurso e decorrido o prazo para oposição de contrarrazões, a Comissão de Contratação se manifestará, motivadamente, se o ato impugnado disser respeito a decisões de sua alçada. Caso o recurso diga respeito a ato de responsabilidade de outro servidor, a Comissão lhe remeterá os autos para viabilizar sua manifestação.

**11.5.1** Cumprido o item 11.5, os autos seguirão ao gestor da contratação, que decidirá motivadamente pelo não conhecimento ou conhecimento e, nesse caso, provimento ou não provimento do recurso.

**11.6** O acolhimento do recurso importará na invalidação exclusiva dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.7** Qualquer um do povo poderá impugnar o presente Edital, para o que deverá trazer toda a argumentação e documentos necessários para seu adequado processamento.

**11.8** O conhecimento da impugnação está condicionado ao preenchimento dos mesmos critérios previstos para os recursos.

## **12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**12.1** Este Edital deve ser interpretado de modo a propiciar a ampliação do número de credenciados para execução do objeto diretamente à população deste Município, o que não retira do interessado o dever de conhecer e preencher plenamente os requisitos necessários para se credenciar.

**12.2** Compete ao interessado fazer minucioso exame do Edital.

**12.2.1** A apresentação do pedido de credenciamento vincula a interessada, sujeitando-a, integralmente, às condições deste edital.

**12.3** O interessado é responsável pela veracidade, fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do procedimento. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a rejeição de seu pedido de credenciamento ou, se já credenciado, a rescisão contratual, sem prejuízo da incidência das sanções cabíveis.

**12.4** Ressalvadas as situações em que a Lei exige publicação em órgão oficial de imprensa, as comunicações encaminhadas aos interessados e credenciados serão feitas por e-mail, fac-símile ou correspondência postal, preferencialmente nessa ordem.

**12.5** Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento.

**12.5.1** Se inicia a contagem de prazo em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Iaçú-Ba.

**12.5.2** Caso o vencimento coincida com fim de semana, feriado ou dia em que não houver expediente na Prefeitura, será ele prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

**12.6** Por razões de interesse público devidamente comprovado, a Administração poderá revogar este Edital e os eventuais contratos dele decorrentes ou anulá-los por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que tal ato gere obrigação de indenizar, sem prejuízo do disposto no artigo nº 137 da Lei nº 14133/2021.

**12.6.1** A nulidade do procedimento induz a do contrato.

**12.6.2** Assegura-se o contraditório e a ampla defesa prévios à anulação ou revogação do Edital, procedimento ou contrato.

**12.7** Sem prejuízo da publicação na imprensa oficial, este Edital permanecerá acessível no site da Prefeitura Municipal de Iaçú-Ba.





PREFEITURA DE  
**IAÇU**

**12.8** Eventuais pedidos de esclarecimentos a respeito deste edital, bem como os seus elementos constitutivos, poderão ser sanados pelo telefone (75) 3325-2175 ou pelo e-mail: [licitacaoiacu@gmail.com](mailto:licitacaoiacu@gmail.com) no horário do expediente administrativo, de segunda a sexta-feira.

**12.9** Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Iaçú, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**12.10** Fazem parte do presente Edital integrando-o de forma plena:

**12.10.1** Anexo I – Termo de Referência;

**12.10.2** Anexo II – Requerimento de Credenciamento;

**12.10.3** Anexo III – Declarações unificadas;

**12.10.4** Anexo V - Minuta do contrato.

Iaçú-Ba, 23 de janeiro de 2024.

**Cristian Santos Santana**

Secretário Municipal de Administração e Serviços Públicos

Decreto nº 004/2021



Atendimento

**75 3325-2175**



Mande um Email

[gabineteiacu@iacu.ba.gov.br](mailto:gabineteiacu@iacu.ba.gov.br)



Nos siga

[@prefeituraiacu](https://www.instagram.com/prefeituraiacu)



Nos visite

Av. Manoel Justiniano de Moura Medrado s/n  
Centro - CEP: 46.860-000 - Iaçú-Ba



**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DO OBJETO**

1.1 O presente Termo de Referência tem por escopo o Chamamento Público com vistas ao Credenciamento de pessoas jurídicas e físicas para prestação de serviços de publicidade volante em carro, para divulgação e comunicação das ações e campanhas realizadas pelo Município de Iaçú-Ba, em atendimento às diversas Secretarias e Fundos municipais, conforme edital e seus anexos.

**2. DA JUSTIFICATIVA E BASE LEGAL**

2.1 A publicidade é uma ferramenta essencial para o Município de Iaçú-Ba, pois contribui para o alcance de um público amplo e diversificado, bem como para o engajamento da população. A publicidade volante em carro é uma forma eficaz de atingir um público amplo e diversificado, pois possibilita a exposição de materiais publicitários em locais de grande circulação, como ruas e avenidas. Além disso, a publicidade volante em carro é uma forma de comunicação relativamente barata, o que torna possível ao Município de Iaçú-Ba divulgar suas ações e campanhas com maior eficiência.

2.2 Nesse contexto, o credenciamento de pessoas jurídicas e físicas para prestação de serviços de publicidade volante em carro é importante para garantir que o Município de Iaçú-Ba tenha acesso a uma forma eficaz e econômica de divulgar suas ações e campanhas.

2.3 O credenciamento se revela adequado quando o mesmo serviço pode ser realizado por diversos contratados simultaneamente, como é o caso do objeto deste Termo de Referência. Destina-se a prestadores de serviços de publicidade volante em carro que atendam aos requisitos estabelecidos para o credenciamento. Nesse contexto, o credenciamento viabiliza a inexigibilidade de licitação, conforme previsto no inciso IV, artigo 74 da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, simplificando o acesso a uma forma eficaz e econômica de divulgar suas ações e campanhas.

2.4 . Isso resulta em maior agilidade e eficiência na divulgação das ações e campanhas, evitando paralisações ou morosidades no processo, além de contribuir para o desenvolvimento das empresas locais, promovendo uma ampliação de oferta e maior sustentabilidade.

2.5 Os valores a serem pagos são fixos e estabelecidos previamente neste Termo de Referência. Como base de preços, utilizou-se as pesquisas de preços no mercado local.

2.6 O credenciamento, como hipótese de inexigibilidade de licitação, precedido de chamamento público, assegura os princípios, especialmente os da legalidade e impessoalidade.

2.7 Com efeito, a existência dos Credenciados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de Credenciamento específico para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**3. DA LEGISLAÇÃO**

3.1 Será adotada a Lei Federal nº 14.133/2021 artigo 6º parágrafo XLIII, notadamente seu art. 74, inciso IV, combinado com o § 1º, incisos I e II, e art. 191, todos da mencionada Lei.

3.2 Serão observadas, no que forem aplicáveis, as normas regulamentares pertinentes aos serviços executados, à Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT – e, ainda, ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.

**4. DAS DEFINIÇÕES E QUANTIDADES DO OBJETO**

4.1 Assim, o presente termo objetiva a contratação de pessoas jurídicas e físicas para prestação de serviços de publicidade volante em carro, será conforme os seguintes detalhamentos técnico e operacional:

LOTE ÚNICO - (PROPAGANDA VOLANTE)					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT. MÉDIO	VALOR TOTAL - MÉDIO







<b>1</b>	Serviços de divulgação de propaganda institucionais e cobertura de eventos em carro de som com potência igual ou superior a 8.000watts. • O veículo deverá ser licenciado junto aos órgãos competentes tudo conforme a legislação vigente com condutor devidamente habilitado, possuir no mínimo 01microfone sem fio e 01 microfones com fio; leitor de cdr (que execute MP3e outros formatos); entrada USB. • O combustível é de inteira responsabilidade do contratado.	<b>HORA</b>	5000	R\$ 30,00	R\$ 150.000,00
----------	---	-------------	------	-----------	----------------

4.2 O valor estimado da soma do lote é de **R\$ 150.000,00** (cento e cinquenta mil reais).

4.3 O veículo com sonorização deverá percorrer por todas as ruas, em todos os bairros dentro do Município de Iaçú-Ba.

4.4 Após a emissão da ordem de serviço, a credenciada terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para início dos serviços contratados.

4.5 A divulgação ocorrerá no horário comercial, em dias úteis, de segunda a sexta-feira.

4.6 O presente credenciamento terá vigência contratual de 12 (meses) meses, podendo ser renovado conforme Lei nº 14.133/21.

4.7 Os serviços serão recebidos provisoriamente para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e demais documentos que vinculam o prestador, o início da divulgação far-se-á após autorização prévia do Departamento ou Secretaria solicitante.

4.8 A verificação da conformidade das especificações dos serviços ocorrerá no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório.

4.9 Na hipótese de constatação de anomalias que comprometam o recebimento e utilização adequada do resultado dos serviços, estes serão rejeitados, no todo ou em parte, sem qualquer ônus para a Prefeitura do Município de Iaçú-Ba, devendo prestador reexecutá-los no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a partir da data de solicitação da substituição.

4.10 Caso atrase na execução dos serviços ou se recuse a realizar a reexecução, o prestador estará sujeito a sanções administrativas, sendo que a reexecução dos serviços passará pelo mesmo processo de verificação observado na primeira execução.

4.11 Caberá ao prestador arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com transporte, locomoção, estadia, tributos, frete, seguro etc. incidentes na execução dos serviços.

4.12 A Prefeitura do Município de Iaçú-Ba reserva-se ao direito de impugnar os serviços executados, se esses não estiverem de acordo com as especificações técnicas desse Termo de Referência.

## 5. DA VISTORIA

5.1. O Município poderá realizar vistorias no veículo da licitante vencedora, a qualquer tempo, sob o desiderato de averiguar a real possibilidade de atendimento da demanda administrativa, no que respeita estritamente às condições físicas do veículo e dos equipamentos, para a prestação dos serviços do referido objeto.

## 6. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 O pagamento será realizado mediante a apresentação de Notas Fiscais, emitidas em moeda corrente local nacional, referentes aos serviços efetivamente executados e aceitos. A aprovação será realizada pelo servidor competente, e o pagamento será efetuado até trinta dias após a apresentação e aceitação da Nota Fiscal/Fatura.

6.2 Em caso de aplicação de multas, estas serão descontadas de qualquer fatura ou crédito existente para o Município. Se a multa for superior ao crédito existente, a diferença será cobrada administrativa ou judicialmente.

6.3 O pagamento será realizado pelo Município por meio de ordem bancária, creditado na agência e conta bancária indicadas na proposta da Contratada.

6.4 O pagamento estará sujeito à comprovação da regularidade fiscal da Contratada.

6.5 Em situações em que houver erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou nos documentos relacionados à contratação, ou ainda, em caso de circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa (como obrigações financeiras pendentes, penalidades impostas ou inadimplência), o pagamento será suspenso até que a Contratada adote as medidas corretivas







necessárias. Nesse cenário, o prazo para pagamento começará após a comprovação da regularização da situação, sem acarretar ônus para a Contratante.

6.6 A data de pagamento será considerada o dia em que constar a ordem bancária emitida para a realização do pagamento.

## **7.DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO**

7.1. Nos termos do art. 117, e seus parágrafos, da Lei nº 14.133/2021, será designado através de portaria representante para acompanhar e fiscalizar a execução da prestação do serviço, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato.

7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

## **8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 São Obrigações da Contratada:

- a) Executar os serviços conforme necessário, seguindo a proposta apresentada e as disposições contidas neste instrumento, edital e contrato. Arcar com todos os ônus e encargos relacionados ao fornecimento.
- b) Realizar os serviços, conforme definido neste Termo de Referência, exclusivamente por meio de prepostos que façam parte de seu quadro permanente.
- c) Assumir todos os custos ou despesas necessárias para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato futuro.
- d) Manter, ao longo de toda a vigência do contrato, as mesmas condições de habilitação exigidas no credenciamento.
- e) Submeter-se a fiscalização ampla por parte do Contratante, prestando todos os esclarecimentos necessários e atendendo a reclamações procedentes, caso ocorram.
- f) Fornecer o material necessário para a serviço e dispor de todas as ferramentas e equipamentos essenciais para a correta execução dos serviços prestados.
- g) Atuar em estrita conformidade com a legislação trabalhista, previdenciária e demais normas aplicáveis ao exercício da atividade objeto deste termo.
- h) Responsabilizar-se por todas as despesas, tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, taxas, fretes e outros ônus devidos.
- i) Arcar com os ônus decorrentes de eventuais equívocos no dimensionamento dos serviços aprovados pelo Município.
- j) Executar todos os serviços em suas dependências, exceto aqueles que, justificadamente, necessitem ser subcontratados após autorização expressa da Contratante.

## **9.DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1 São obrigações da Contratante:

- a) Informar à Contratada sobre quaisquer incidentes relacionados à execução dos serviços.
- b) Facilitar as condições necessárias para o adequado desempenho dos serviços e fornecimentos contratados.
- c) Supervisionar a realização dos serviços, especialmente em relação aos resultados alcançados em comparação com o contratado. Verificando prazos de execução, qualidade demandada, quantidade e qualidade dos recursos materiais utilizados, adequação dos serviços prestados e o cumprimento de outras obrigações derivadas do contrato, além de quaisquer outros aspectos em desacordo com o edital e seus anexos.
- d) Recusar, total ou parcialmente, os serviços que não atendam aos requisitos estabelecidos nas especificações técnicas usuais ou que comprometam a segurança dos usuários e terceiros.
- e) Realizar o pagamento à Contratada, desde que os serviços executados estejam em conformidade com o estabelecido neste termo.
- f) Notificar, por escrito, a Contratada sobre quaisquer irregularidades identificadas durante a execução do contrato.
- g) Emitir as autorizações necessárias para a execução de serviços, equipamentos e acessórios, numeradas em sequência e assinadas pela autoridade competente.
- h) Designar um servidor para acompanhar de perto a execução do contrato.





## 10. DAS SANÇÕES

10.1. O descumprimento de qualquer exigência deste Termo de Referência implicará na aplicação das sanções descritas nos artigos 156 a 163 da Lei Federal 14.133/2021, a saber:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração Municipal de Iaçú.

10.2. Para os casos de multa, serão aplicados os percentuais descritos a seguir:

- a) Até 10% (dez por cento) do valor total contratado, no caso de sua não realização e/ou descumprimento de alguma das cláusulas contratuais;

10.3. As sanções previstas nos itens acima poderão ser aplicadas cumulativamente, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

10.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido como renda par a o Município, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, podendo o Contratante, para isso, descontá-la das faturas por ocasião do pagamento, se julgar conveniente;

10.5. O pagamento da multa não eximirá a Contratada de corrigir as irregularidades que deram causa à penalidade;

10.6. O Contratante deverá notificar a Contratada, por escrito, de qualquer anormalidade constatada durante a prestação dos serviços, para adoção das providências cabíveis;

10.7. As penalidades somente serão relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificadas só serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e facilmente com prováveis, a critério da autoridade competente do CONTRATANTE, e desde que formuladas no prazo máximo de 05 (cinco) dias da data em que foram aplicadas.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 A participação neste credenciamento implica a aceitação integral e irrevogável dos Termos de Referência.

11.2 Na contagem dos prazos estabelecidos no Termo de Referência, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

11.3 Os casos omissos no Termo de Referência serão resolvidos pelo Secretário de Administração e Serviços Públicos.

11.4 Maiores informações pelo telefone (75) 3325-2175 ou, nos dias úteis, das 08h:00min às 12h:00min e das 14:00 às 18:00, na sede da Prefeitura Municipal de Iaçú-Ba, situada a Avenida Manoel Justiniano de Moura Medrado, nº 888, Centro, Iaçú-Ba.

11.5 Este Termo de Referência foi elaborado pela Secretaria Municipal de Administração e Serviços Públicos e aprovado pela autoridade Superior.

11.6 É competente o Foro da Comarca de Iaçú-Ba, para discussões de litígios decorrentes do presente procedimento, com renúncia a qualquer outro, ainda que mais privilegiados.

**Cristian Santos Santana**

Secretário Municipal de Administração e Serviços Públicos

Decreto nº 004/2021



Atendimento

75 3325-2175



Mande um Email

[gabineteiacu@iacu.ba.gov.br](mailto:gabineteiacu@iacu.ba.gov.br)



Nos siga

@prefeituraiacu



Nos visite

Av. Manoel Justiniano de Moura Medrado s/n  
Centro - CEP: 46.860-000 - Iaçú-Ba



ANEXO II  
MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO  
CREDENCIAMENTO Nº 003/2024  
Processo Administrativo nº 004/2024

RAZÃO SOCIAL/NOME:			
CNPJ/CPF:		RESPONSÁVEL LEGAL:	
ENDEREÇO:		CIDADE:	
TELEFONE:			

Ao Município de Iaçú-Ba,  
**Comissão de Contratação.**

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável legal pela Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo), vem por meio do presente solicitar o seu **CREDENCIAMENTO** para a prestação de serviços de publicidade volante em carro, para divulgação e comunicação das ações e campanhas realizadas pelo Município de Iaçú-Ba, em atendimento às diversas Secretarias e Fundos municipais, conforme edital e seus anexos, no **LOTE ÚNICO - (PROPAGANDA VOLANTE)**, constante no item 4.1 Do Termo de Referência, anexo ao edital.

Nesta oportunidade, informamos concordar em prestar os referidos serviços pelos preços fixados na Tabela de Procedimentos mencionados, bem como aceitamos todas as condições de pagamento e as exigências do edital em epígrafe.

Nestes termos,

Pede e espera a homologação no referido Credenciamento.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura Identificável  
(nome do representante legal da empresa devidamente constituído do contrato social)





PREFEITURA DE  
**IAÇU**

**ANEXO III**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**DECLARAÇÃO UNIFICADA**  
**CREDENCIAMENTO Nº 003/2024**  
Processo Administrativo nº 004/2024

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_ (razão social), CNPJ nº \_\_\_\_\_, interessado em participar do Credenciamento nº 003/2024, Processo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que:

**DECLARA** expressamente:

- a) que atende aos requisitos de habilitação, e que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- c) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do Artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV, do Artigo 1º, e no inciso III, do Artigo 5º, da Constituição Federal;
- f) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, 2024.

\_\_\_\_\_  
Assinatura Identificável  
(nome do representante legal da empresa devidamente constituído do contrato social)



Atendimento  
**75 3325-2175**



Mande um Email  
gabineteiacu@iacu.ba.gov.br



Nos siga  
@prefeituraiacu



Nos visite  
Av. Manoel Justiniano de Moura Medrado s/n  
Centro - CEP: 46.860-000 - Iaçú-Ba





**ANEXO IV**

**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_,**  
**QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IAÇU-BA,**  
**E A EMPRESA \_\_\_\_\_.**

O **MUNICÍPIO DE IAÇU**, Estado da Bahia, Entidade de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.889.993/0001-46, com sede na Avenida Manoel Justiniano de Moura Medrado, nº 888, Centro, Iaçú-Ba, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, o Sr°. **NIXON DUARTE MUNIZ FERREIRA**, portador do RG nº \_\_\_\_\_, e CPF \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_ (endereço completo), doravante denominado **CREDENCIANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ (endereço completo), representado neste ato pelo o Sr°. \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, e CPF \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_ (endereço completo), doravante designado **CREDENCIADO**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, relativo ao Chamamento Público, através do Credenciamento nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato de Credenciamento, mediante as cláusulas e condições a seguir dispostas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O objeto do presente instrumento é o credenciamento de \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO**

- 2.1 O regime de execução contratual, far-se-á sob a forma de execução direta, por meio de credenciamento, conforme art. 6º, inciso XLIII da Lei que regi o presente contrato.
- 2.2 Os serviços devem ser prestados de acordo com os prazos, valores e condições estabelecidos no Termo de Referência, anexo ao edital que compõe o referido processo administrativo.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO**

3.1 O CREDENCIADO compromete-se a prestar os serviços de acordo com as necessidades e solicitações do CREDENCIANTE, nos termos do requerimento de credenciamento e tabela abaixo:

LOTE			
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇOS	UNID.	VALOR/HORA (R\$)
1		HORA	

- 3.1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 3.2 Em razão da natureza do objeto, não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, por este motivo, o valor do contrato se dará pelo custo unitário, e dependerá do total de horas as serem contratadas futuramente, ficando a CREDENCIADO ciente do serviço a ser realizado quando da comunicação feita pela CREDENCIANTE.
- 3.3 Os preços unitários dos serviços contratados são os constantes da tabela no item 3.1.
- 3.4 O valor fixado para a remuneração poderá ser reajustado monetariamente por índices oficiais de correção e/ou através de pesquisa mercadológica.
- 3.5 O primeiro reajuste somente ocorrerá depois de decorridos 12 (doze) meses da data de assinatura do contrato, e assim sucessivamente com os demais possíveis reajustes.

**CLAUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO**

4.1 Forma de Pagamento:

4.1.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CREDENCIADA.





- 4.1.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 4.2 Prazo de Pagamento:
- 4.2.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10(dez) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 4.2.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 4.2.3 No caso de atraso pelo CREDENCIANTE, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM-FGV) de correção monetária.
- 4.3 Condições do Pagamento:
- 4.3.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.
- 4.3.2 Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.
- 4.3.3 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) O prazo de validade;
  - b) A data de emissão;
  - c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
  - d) O período respectivo de execução do contrato;
  - e) O valor a pagar; e
  - f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 4.3.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.
- 4.3.5 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, conforme documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.3.6 Constatando-se, a situação de irregularidade fiscal, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 4.3.7 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 4.3.8 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente.
- 4.3.9 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 4.3.9.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.3.10 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO**

- 5.1 O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo este prazo ser prorrogado a critério da Administração Municipal e em conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 6.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual deste exercício, e serão indicadas no ato de emissão da Nota de Empenho.





6.1.1 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ALTERAÇÕES**

- 7.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021.
- 7.2 A CREDENCIADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
- 7.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 7.5 Caso seja pertinente ao objeto, a contratação poderá ser submetida a reajustamento de seus preços, nos termos do art. 92, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 7.6 Também durante a vigência da contratação, a CREDENCIADA poderá solicitar a revisão dos preços para manter a equação econômico-financeira do contrato, mediante a comprovação dos fatos, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

#### **CLÁUSULA OITAVA- DA FISCALIZAÇÃO**

- 8.1 A fiscalização será exercida por servidores designados por Portaria pelo CREDENCIANTE, aos quais competirá acompanhar a execução da contratação e sanar as dúvidas que surgirem, nos termos do art. 104 e 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

#### **CLAUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE E CREDENCIADA**

##### **9.1 Constituem obrigações da CREDENCIADA:**

- a) efetuar o pagamento da prestação de serviços do objeto do presente Contrato de acordo com o estipulado na Cláusula Quarta deste Instrumento.
- b) na hipótese de atraso de pagamento dos créditos resultantes do presente Contrato, será acrescida ao valor dos mesmos a taxa de 0,01% ao dia, a título de compensação financeira, aplicada desde o dia imediatamente subsequente do vencimento até o do seu efetivo pagamento.

##### **9.2 Constituem obrigações da CREDENCIADA:**

- a) prestar os serviços com estrita obediência à descrição constante no orçamento e no Termo de Referência;
- b) manter-se durante toda a vigência contratual em compatibilidade com as obrigações assumidas e bem assim com as condições de habilitação fiscal e trabalhista.
- c) manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 10.1 Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, o Município poderá aplicar a CREDENCIADA multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/21, inclusive responsabilização civil e penal na forma da Legislação específica;
- 10.2 Além da multa prevista ficam estabelecidas as penas de advertência, rescisão de contrato, declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar com o Município, que serão aplicadas em função da natureza e gravidade da falta cometida, garantida a ampla defesa.
- 10.3 O Município reterá dos créditos decorrentes deste Contrato valores suficientes ao pagamento das multas aplicadas.
- 10.4 Nenhum pagamento será efetuado à CREDENCIADA sem a quitação das multas aplicadas em definitivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO DESCREDENCIAMENTO**

- 11.1 O presente Contrato de Credenciamento poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 11.2 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CREDENCIADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato;





- 11.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CREDENCIADA o direito à prévia e ampla defesa.

**CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS**

- 12.1 Os casos omissos serão decididos pela CREDENCIANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E PUBLICAÇÃO**

- 13.1 O presente Contrato tem embasamento legal no artigo 79, inciso I da Lei Federal nº 14.133, de 2021.  
13.2 Incumbirá à CREDENCIANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

- 14.1 É eleito o Foro da Comarca de Iaçú-Ba, como único e competente para dirimir os litígios que decorrem da execução deste Termo de Contrato não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito, o representante do **CREDENCIANTE** e o da **CREDENCIADA**, para que se produzam os efeitos legais.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**MUNICIPIO DE IAÇU-BA**

CNPJ: 13.889.993/0001

**NIXON DUARTE MUNIZ FERREIRA**

CPF: \_\_\_\_\_

Prefeito Municipal  
Credenciante

**RAZÃO SOCIAL**

CNPJ: \_\_\_\_\_

**REPRESENTANTE LEGAL**

CPF: \_\_\_\_\_

Credenciada

**MARCELO MUNIZ DE OLIVEIRA**

Fiscal do Contrato  
Portaria nº 005/2022

